

Órgão Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL

Processo N. RECURSO INOMINADO CÍVEL 0747059-59.2019.8.07.0016

RECORRENTE(S) FELIPE NETO RODRIGUES VIEIRA

RECORRIDO(S) MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Relator Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA

Acórdão N° 1307760

EMENTA

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. POSTAGEM NA INTERNET. TWITTER. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. DIREITO QUE NÃO POSSUI CARÁTER ABSOLUTO. PONDERAÇÃO DE VALORES NO CASO CONCRETO. TUTELA DA HONRA E IMAGEM DO INDIVÍDUO. OFENSA AOS ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE. PUBLICAÇÃO COM TEOR OFENSIVO. AUSÊNCIA DE PROVAS QUE RESPALDEM AS DECLARAÇÕES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. VALOR INDENIZATÓRIO. PRINCÍPIOS DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Recurso inominado interposto pela parte ré em face da sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais para condená-la ao pagamento da quantia de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a título de reparação por danos morais, bem como a retirar as publicações objeto dos autos do seu *twitter* no prazo de dez dias do trânsito em julgado.
2. O direito à liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV, CF) não possui caráter absoluto, de sorte que eventuais extrapolações que tenham o potencial de ofender a honra e a dignidade de outrem são passíveis de responsabilização.
3. Diante da colisão entre direitos assegurados constitucionalmente (liberdade de expressão e tutela da honra), cabe ao Poder Judiciário eleger, mediante a ponderação de valores, qual deve prevalecer em detrimento do outro no caso concreto.
4. A liberdade de manifestação e de expressão é constitucionalmente assegurada a todos, desde que não atinja os atributos da personalidade alheia injustamente. Nesse sentido, comentários em redes sociais que



extrapolam o animus narrandi, ou seja, aquele de apenas relatar e informar a coletividade, com o fito apenas de promover a divulgação de ofensas morais devem ser indenizados. Precedentes. TJDFT: 3ª Turma Recursal, Acórdão nº 1071017, DJE: 07/02/2018. ([Acórdão 1153091](#), 07239479520188070016, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS, Segunda Turma Recursal, data de julgamento: 20/2/2019, publicado no DJE: 25/2/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.)”.

5. Considerando a relevância social do cargo do requerido (pessoa pública nacionalmente conhecida) e, conseqüentemente, o nível do alcance da publicação, é possível concluir que o recorrente agiu de forma ofensiva e desrespeitosa, extrapolando seu direito à liberdade de expressão e ofendendo a pessoa do recorrido.

6. Recurso da parte ré conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ARNALDO CORRÊA SILVA - Relator, ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 1º Vogal e JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA, em proferir a seguinte decisão: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNÂNIME., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 09 de Dezembro de 2020

Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA
Presidente e Relator

RELATÓRIO

Ação de obrigação de fazer com pedido de indenização por danos morais cuja sentença julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais para condenar o requerido a pagar ao autor o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a título de reparação por danos morais, bem como a retirar as publicações objeto dos autos do seu *twitter* no prazo de dez dias a contar do trânsito em julgado.

A parte ré interpôs recurso inominado no qual argumenta, em síntese, que o requerente/recorrido exerce funções públicas há muitos anos e, portanto, não pode ficar imune a críticas ao seu trabalho e, tampouco, censurar a atividade jornalística.



Alega, ainda, que as suas postagens no Twitter foram baseadas em reportagens publicadas por grandes veículos de mídia e que possui o direito de se expressar em relação a tais notícias veiculadas. Defende ser um direito seu concordar ou discordar da nomeação de gestores públicos.

O recorrido apresentou contrarrazões alegando, em síntese, que a postura do recorrente afronta, sem qualquer dúvida, a dignidade, a honra subjetiva, a imagem e a reputação do mesmo.

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - Relator

Preenchidos os requisitos legais, o recurso apresentado pela parte ré deve ser conhecido e, no meu entender, não provido, uma vez que evidente o abuso na liberdade de expressão.

Sem questões preliminares a serem examinadas, passo ao exame do mérito.

A controvérsia a ser solucionada no presente caso refere-se a eventual extrapolação do direito de liberdade expressão do recorrente/requerido em razão de publicações na sua conta do Twitter sobre a pessoa do requerente.

A princípio, cabe pautar que, embora a liberdade de manifestação do pensamento seja garantida pela Constituição Federal, tal direito não possui caráter absoluto, isto é, eventuais extrapolações que tenham o potencial de ofender a honra e a dignidade de outrem são passíveis de responsabilização, tal como no caso concreto dos autos.

Conforme o princípio da harmonização, os direitos à liberdade de expressão (art. 5º, IV, CF) e tutela da honra, vida privada e imagem das pessoas (art. 5º, X, CF) coexistem em nosso sistema constitucional e devem, na medida do possível, conviver de maneira harmônica neste sistema. Eventualmente, entretanto, em caso de choque entre estes direitos em um caso concreto, cabe ao Poder Judiciário, desde que instigado, eleger qual deles, conforme as circunstâncias do caso em análise, prevalecerá em detrimento do outro.

No caso em apreço, o requerido, diante da nomeação do requerente ao cargo de presidente da FUNAI, postou em sua conta no Twitter que o autor possui “problemas mentais”; que “já ajudou invasores de terras indígenas” e que a nomeação dele para o cargo ultrapassa “todos os limites da perversidade humana” (ID 17922083). Considerando a relevância social do cargo do requerido (pessoa pública nacionalmente conhecida) e, conseqüentemente, o nível do alcance da publicação, é possível concluir que o recorrente agiu de forma ofensiva e desrespeitosa, extrapolando seu direito à liberdade de expressão e ofendendo a pessoa do recorrido.

Alguns aspectos da publicação feita pelo requerido devem ser ressaltados.



De início, destaco que eventual reprovação de candidato em concurso público no exame psicotécnico não significa, absolutamente, que o mesmo seja possuidor de “problemas mentais”. Assim, as palavras do recorrente neste sentido, considerando, sobretudo, o contexto, não encontram respaldo algum e denotam evidente teor ofensivo e desrespeitoso.

Ademais, em relação à declaração de que o autor já ajudou invasores de terras indígenas, o recorrente não se desincumbiu do seu ônus probatório (art. 373, II, CPC), uma vez que as reportagens jornalísticas anexadas aos autos não corroboram tal assertiva. A matéria jornalística do jornal “O Globo” (ID 17922114), tão somente, trata de atuação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União quanto a indícios de atraso no processo de regularização das terras indígenas. Considerando que, dentre várias outras funções, compete ao Ministério Público a fiscalização da atuação do Poder Executivo, a existência de indícios de irregularidades, sem qualquer decisão judicial, não respalda alegações enfáticas de que o Presidente da FUNAI atua auxiliando invasores de terras indígenas.

Não é só isso. Com o devido respeito, até parece que para tudo na atualidade se dá uma conotação política extremista, em que pese, como disse o Filósofo Álvaro Vieira Pinto, em seu livro *Consciência e Realidade Nacional*, haver decisão política em quase tudo, contudo, em meu pensamento, ela deve ser responsável, consciente e comedida (VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1960. 2 v. (Coleção Textos Brasileiros de Filosofia, 1). Irresponsabilidades e desvirtuamento do que não seria o correto ou comprovado foge da garantia constitucional da livre manifestação do pensamento.

Em relação à matéria jornalística de ID 17922116, há reprodução de opinião do subprocurador-geral da República em relação às políticas adotadas pelo presidente da FUNAI, ora autor, e nada comprova quanto ao auxílio deste a invasores de terras. Com relação à suposto muro no pai, não há pronunciamento judicial a respeito e, em questões familiares, há necessidade de averiguar como realmente as coisas acontecem.

Por fim, a declaração de que a nomeação do requerente ao cargo em questão ultrapassa todos os limites da perversidade humana, diante de ausência de provas que pudessem atestar tal afirmação, se é que seria possível atestá-la, caracteriza evidente ofensa aos atributos da personalidade do recorrido, configurando danos morais.

Portanto, considerando que o art. 373 do CPC impõe ao réu o ônus de comprovar fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor e que, no presente caso, o recorrente não apresentou aos autos evidentes provas ou decisões condenatórias de que o recorrido tenha, de fato, atuado na ajuda de invasores de terras indígenas, entende-se que há, aqui, evidente extrapolação do direito à liberdade de expressão, situação que enseja responsabilização por danos morais.

Desse modo, a liberdade de manifestação e de expressão é constitucionalmente assegurada a todos, desde que não atinja os atributos da personalidade alheia injustamente. Nesse sentido, comentários em redes sociais que extrapolam o animus narrandi, ou seja, aquele de apenas relatar e informar a coletividade, com o fito apenas de promover a divulgação de ofensas morais devem ser indenizados. Precedente deste TJDFT: 3ª Turma Recursal, Acórdão nº 1071017, DJE: 07/02/2018. Neste sentido, também, a jurisprudência da turma.

“JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. LIBERDADE DE IMPRENSA. NOTAS JORNALÍSTICAS. SERVIDORA PÚBLICA. INSINUAÇÕES MALICIOSAS. DANO MORAL CONFIGURADO. REPARAÇÃO DEVIDA. INSUFICIÊNCIA DA TUTELA CONDENATÓRIA PARA PÔR FIM AO DANO PERPETRADO. RETIRADA DE CONTEÚDO JORNALÍSTICO DE PÁGINA DE INTERNET E DE REDES SOCIAIS. NECESSIDADE E POSSIBILIDADE. CENSURA PRÉVIA. INEXISTÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I. Trata-se de recurso inominado interposto pela parte ré face a sentença que a condenou ao pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e a condenou a retirar as notas jornalísticas publicadas no site da revista VEJA e em seus perfis do



FACEBOOK e TWITTER. Em suas razões, sustenta a parte recorrente que a determinação de exclusão de material jornalístico de interesse público representa manifesto caráter de censura. Defende que caso o conteúdo da publicação venha a extravasar a liberdade de imprensa, a única tutela jurisdicional possível é a reparação de danos, pois não há amparo legal para a retirada de material jornalístico da página da revista ou de suas redes sociais. Argumenta que a determinação censória constitui flagrante violação ao entendimento manifestado pelo STF no julgamento da ADPF 130. Pugna pela reforma da sentença para que se dê pela improcedência dos pedidos iniciais. II. Recurso próprio, tempestivo e com preparo regular (ID 7170847). Contrarrazões apresentadas (ID 7170850). III. Sabe-se que a Constituição da República estabelece o primado da livre manifestação do pensamento (art. 5.º, IV), reforçado no art. 220, § 1.º quando disciplina a plena liberdade de informação jornalística. No entanto, a Lei Maior também assegura a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e imagem, garantindo a indenização por dano material ou moral decorrente da violação destes (art. 5.º, X). IV. Restou incontroverso nos autos que em março de 2018 a parte recorrente divulgou na versão impressa e no site da Revista VEJA, bem como nas redes sociais FACEBOOK e TWITTER, quatro notas que sugerem a existência de relação íntima entre a recorrida e o ex-Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, além de insinuar que o cargo comissionado ocupado pela recorrida representaria favorecimento oriundo dessa relação. As notas foram intituladas "Paz e Amor", "Só love", "Janot: emprego de 11300 reais para sua amiga íntima" e "Janot: emprego de 11300 reais para sua amiga e confidente". A nota "Só love" afirma: "Rodrigo Janot está especialmente enamorado de uma de suas auxiliares. A predileta chama-se Karina Barbosa, ocupa cargo de confiança e recebe dos cofres da União 11.300 reais por mês". A nota "Paz e Amor" apresenta o seguinte conteúdo: "Janot: emprego de 11300 reais para sua amiga e confidente". No entanto, desde 2003 (ID 7170766 - Pág. 2) a recorrida exerce assessoria jurídica em instituições públicas, tendo atuado desde então no Ministério das Comunicações; Ministério Público Federal, onde foi assessora de Vice-Procurador Geral da República e do Procurador Geral da República Roberto Monteiro Gurgel Santos; Supremo Tribunal Federal, tendo sido assessora de Ministro. Consta, ainda, que a recorrida é Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (ID 7170766 - Pág. 15-16). Assim, restou demonstrado que a recorrida possui experiência e capacidade técnica para exercer os cargos comissionados acima citados, além daquele referido nas notas jornalísticas. V. Nesse descortino, não se olvida que a liberdade de imprensa representa papel essencial na defesa da democracia. Entretanto, a liberdade de expressão e de imprensa não é total e absoluta, encontrando limites na dignidade humana, na preservação da intimidade, honra e vida privada. No caso, a parte recorrente de maneira clara excedeu-se a tal limite. Não há interesse público em expor à opinião pública uma pessoa com cerca de quinze anos de serviço público, sob aleivosias que a deixam suscetível a comentários como "Quem tem amigos não fica desempregado"; "Quem não tem a família inteira para 'ajudar a salvar o Brasil', economiza no motel"; "Pagamos até 'azamigas' Isso é revoltante" (ID 65 - Pág. 13-15). VI. Vê-se que a parte recorrida ficou com sua intimidade e honra devassadas por meio da publicação maledicente, que não guarda pertinência com a verdade, porquanto induz a crer que sua atuação profissional decorra de favor prestado com dinheiro público, quando o fato é que a recorrida tem titulação e experiência que a autorizam a ocupar o citado cargo. Assim, devida a compensação por dano moral estabelecida na sentença. VII. Todavia, se as notas não forem retiradas das redes sociais e site da parte recorrente o dano moral continuará sendo perpetrado, não cessará a violação ao direito de personalidade da recorrida, diuturnamente exposta a comentários da espécie acima transcrita. Portanto, deve a recorrente remover as publicações. A obrigação de fazer não fere o entendimento estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 130, pois não se trata de "censura prévia". Ademais, a Corte Suprema não impediu de maneira absoluta que conteúdos jornalísticos sejam retirados da internet, apenas estabeleceu a excepcionalidade da medida. Com efeito, na Reclamação 22328/RJ o Relator, Ministro Roberto Barroso, esclareceu: "Não obstante, a mera preferência da liberdade de expressão (ao invés de sua prevalência) decorre do fato de que nenhum direito constitucional é absoluto, tendo em vista que a própria Constituição impõe alguns limites ou algumas qualificações à liberdade de expressão, como por exemplo: a) vedação do anonimato (art. 5.º, IV); b) direito de resposta (art. 5.º, V); c) restrições à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos e terapias (art. 220, § 4.º); d) classificação indicativa (art. 21, XVI); e e) dever de respeitar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (art. 5.º, X)". VIII. Conquanto a preferência seja por medidas que não resultem na exclusão da publicação, importa destacar: que não se trata de censura prévia; a publicação impressa circulou normalmente; as notas estiveram disponíveis ao público durante meses. No entanto, como já afirmado, a reparação pecuniária não se mostra apta a fazer cessar a violação aos direitos da parte recorrida, que não se mostrou interessada na retificação, retratação ou direito de resposta, que, de fato, fariam com que o conteúdo já divulgado voltasse a repercutir e daria



azo à multiplicação de comentários ofensivos. Assim, a interdição da divulgação, hipótese considerada excepcionalíssima pela Corte Maior, está justificada na espécie, pois se revela como a única apta a fazer cessar a violação à honra e vida privada da recorrida. Desse modo, a sentença não merece reparo. IX. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida. Custas recolhidas. Condeno a parte recorrente vencida ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação. X. A súmula de julgamento servirá de acórdão, consoante disposto no artigo 46 da Lei nº 9.099/95. (Acórdão 1153091, 07239479520188070016, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS, Segunda Turma Recursal, data de julgamento: 20/2/2019, publicado no DJE: 25/2/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.)”.

O valor da indenização por danos morais deve ser fixada em patamar suficiente para reparar a ofensa, consoante o prudente arbítrio do magistrado. O valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) atende às circunstâncias do caso concreto, sobretudo em razão do alto nível de alcance da publicação, não merecendo reforma.

Recurso da parte ré conhecido e não provido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos.

Custas recolhidas. Condenada a parte recorrente ao pagamento dos honorários advocatícios em favor do patrono da parte recorrida, arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

É como voto.

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - 1º Vogal

Com o relator

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 2º Vogal

Com o relator

DECISÃO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. UNÂNIME.

